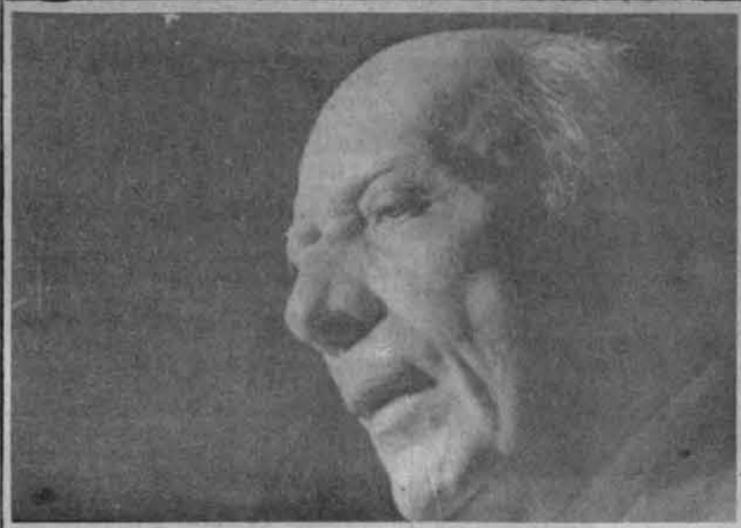


Oposição fecha contra sublegenda

(Ulysses acha que as coligações vão acabar prejudicadas)

BRASILIA — O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, afirmou ontem que o projeto do Governo que estende a sublegenda às eleições de governador prejudicará as coligações partidárias das oposições, ao obrigar os partidos a apresentar nas convenções chapa com candidatos a governador e vice-governador. Enquanto os partidos oposicionistas anunciavam ontem que votarão contra a sublegenda, o secretário-geral do PDS, Frisco Viana, ironizava tais críticas, apostando na aprovação da matéria.



Ulysses disse ter recebido do ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, garantia de que nos projetos de reforma eleitoral "não constaria direta ou indiretamente proibição ou dificuldades às coligações partidárias". Ele acredita que o ministro irá colaborar para aperfeiçoar o projeto da sublegenda, que, a seu ver, impede que os partidos desejosos de coligação possam indicar candidatos isolados para compor uma chapa única, na medida em que

exige a escolha, numa única convenção, dos candidatos a governador e vice-governador.

"Por via oblíqua ou tangencial, o projeto da sublegenda tem dispositivos que irão impedir as coligações", disse o deputado Ulysses Guimarães. No seu entender, assegurando as sublegendas os mesmos direitos que aos partidos políticos, o projeto cria outro obstáculo às coligações, pelas dificuldades de acesso ao rádio e à televisão.

Os líderes do PMDB, do PDT e do PP na Câmara e no Senado anunciaram ontem que votarão contra o projeto da sublegenda, impedindo sua aprovação por decurso de prazo como quer o Governo. No Senado, a comunicação do líder Evelásio Vieira, do PP, nesse sentido, foi apoiada pelo senador pedessista Luiz Cavalcanti, que também anunciou que votará contra.

Marchezan acha reforma liberalizante

PORTO ALEGRE — O presidente da Câmara, deputado Nelson Marchezan, disse ontem, em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, que os três novos projetos de Reforma Eleitoral encaminhados pelo Presidente João Figueiredo ao Congresso são "positivos" e "liberalizantes". Quanto à estimulação de decursos de prazos diferentes para a aprovação automática de

cada um dos projetos, o deputado foi irônico: "os políticos queriam urgência, não era isto? A Oposição ameaçou com obstrução de pauta. Se forem aprovados por decurso de prazo, estará demonstrada a pressa".

Nelson Marchezan disse que a redução dos empecilhos à inelegibilidade (antes, quem respondia a ação judicial não podia

ser eleito; agora, só é inelegível quem já tem processo consumado) não vai beneficiar o PDS "porque o objetivo não foi beneficiar o PDS". Quanto à possibilidade de cada partido concorrer com até três sublegendas, afirmou que é liberalizante, abrindo aos partidos a possibilidade de diversificar candidatos onde lhes for interessante.

Líder do PP vê afronta ao pluripartidarismo

BRASILIA — Convicto de que a sublegenda não aperfeiçoa a democracia, sendo mais "um retrocesso que se agrega aos que o Governo vem estabelecendo", o líder do PP, Evelásio Vieira, anunciou, ontem, que o seu partido votará contra esse instituto, constante do Projeto de Reforma Eleitoral enviado ao Congresso pelo Executivo.

Sustentando que a sublegenda afronta a filosofia do pluripartidarismo, Evelásio Vieira acusou o Governo de pretender, com a sua adoção, desagregar os partidos em organização. Explicou que "os candidatos por sublegendas tendem, normalmente, a se tornar adversários mais renitentes dos próprios companheiros de legenda".

E quando pressentem a derrota, muitas vezes passam os seus votos para os candidatos de outros partidos, tumultuando

ainda mais o processo eleitoral — acrescentou.

Ao comentar a justificativa do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, de que a sublegenda se fazia necessária para facilitar as dificuldades de acomodação dos partidos, lembrou o líder do PP que as disputas regionais e municipais foram retardadas pelo próprio Governo, ao prorrogar os mandatos.

É contraditória, sem dúvida alguma, a justificativa do projeto, pois falar em atender a possíveis interesses partidários internos é raciocinar em clima de uma hipótese absurda — a de que, necessariamente, um partido político deve existir somente a partir de divergências internas inconciliáveis, o que significa admitir que a instituição da sublegenda, longe de ser conjuntural, estaria na estrutura de cada agremiação — frisou o representante catarinense.

Líder do PMDB acusa governo de manobras vis

BRASILIA — O líder do PMDB na Câmara, deputado Odacir Klein, acusou ontem a bancada governista de estar "denegrindo a imagem do Congresso Nacional" com manobras vis, e exigiu providências da Mesa para anular uma decisão tomada de manhã pela Comissão de Constituição e Justiça que destinou ao arquivo um projeto de lei disciplinando a questão das inelegibilidades.

A decisão, segundo ele, foi tomada irregularmente, com a presença de apenas três deputados dos três do PDS — e quase no momento em que, na sessão do Congresso, "se atropelava também o regimento interno para se dar por lida a mensagem do Governo sobre

a Previdência Social". "No Senado — acrescentou o deputado José Costa (PMDB-AL), se manipula a votação eletrônica enquanto aqui a própria Comissão de Constituição e Justiça, que mais obrigação tem de respeitar o regimento, aprova sem quorum um projeto dessa relevância". O deputado, que é membro efetivo daquela comissão, disse que ela não utiliza pauta em suas reuniões, ficando seus membros, por isso, "sujeitos a emboscagem e a molecagem". A comissão, segundo ele, deixou de ser "coisa séria", razão pela qual está disposto a não mais comparecer às suas reuniões, enquanto não for elaborada a pauta prévia dos assuntos a serem tratados.

Para a liderança do Governo,

porém, exercida no momento pelo deputado Alvaro Valle (RJ), a Oposição é que denigre a imagem do Congresso ao fazer acusações levianas como esta. Para ele, a Comissão de Constituição e Justiça procedeu segundo o sistema rotineiro de trabalho, não só do Legislativo brasileiro como de qualquer Parlamento. Desde que número suficiente de deputados assinasse a lista de presença, sua presença física não é exigida nas reuniões, ela é presumida. Mas qualquer partido pode exigir a sua presença física para conferir uma votação. Basta requerer verificação de quorum. E concluiu, com uma ponta de ironia, aconselhando a Oposição a fazer-se presente nas reuniões do Congresso.

No Rio, a sublegenda preocupa

Os políticos do Rio de Janeiro, em sua maioria, encaram com apreensão as medidas contidas no projeto do Governo sobre a reforma eleitoral, enviada ontem ao Congresso, principalmente a manutenção da sublegenda para as eleições a governadores, que faz com que cada partido possa lançar até três candidatos para o Governo do Estado.

O deputado Raymundo de Oliveira, do PMDB falou sobre a reforma eleitoral, a sublegenda e suas implicações para a Oposição nas eleições para governador, do Rio de Janeiro:

— Essa medida é um balde de ensaio, talvez venham coisas piores. O Governo tenta com esse conjunto de medidas reeditar nos novos tempos o milagre brasileiro. Já que Delfim falhou no milagre econômico, vão tentar o milagre eleitoral, a Oposição tem maioria de votos e o Governo tem a maioria dos parlamentares.

"A sublegenda nasceu na época do bipartidarismo para acomodar dentro da Arena as diversas tendências políticas: PSD, UDN, etc." — explicou o deputado, acrescentando que "manter a sublegenda com o pluripartidarismo é uma tentativa de, ao mesmo tempo, coarctar o PDS e de dividir a Oposição, já rachada. Estou convencido que a Oposição não vai se autoflagelar nas urnas, não vai se dividir para enfrentar o Governo unido. Chegaremos unificados às eleições, e se não nos unirmos por cima, com candidatos unitários da Oposição, seguramente o povo fará a unidade por baixo votando maciçamente no candidato que se mostra mais viável."

— O PMDB é contra a sublegenda e temos um único candidato

ao Governo do Estado, o senador Roberto Saturnino Braga — concluiu o deputado.

Para o líder do PTB na Assembleia, o deputado Emanuel Cruz, "a mensagem do Governo vem demonstrar mais uma vez a sua vocação desonesta para a manutenção dos seus correligionários no comando da política nacional. Apesar da demonstração propugnada pelo Presidente Figueiredo em favor da abertura política, na prática o que se observa é exatamente o contrário. A implantação da sublegenda implica num respaldo total para os grandes latifundiários da política. Além disso, nega a existência dos partidos e cria partidos dentro de partidos."

Sobre as eleições para governador, o líder do PTB declarou que o seu partido tem mantido conversações com o candidato do PMDB, Saturnino Braga: "Isto não quer dizer que estejamos apoiando necessariamente esse candidato, acho muito cedo ainda para uma decisão de PTB, mesmo porque ainda podemos vir alcançar nosso próprio candidato."

Já outros políticos, como o deputado Vilmar Pallis, o mais votado nas eleições de 78 pela legenda da antiga Arena, e, atualmente ainda sem partido, parecem não se importar muito com a reforma eleitoral:

— No momento, tanto o Governo quanto a Oposição estão preocupados apenas em ganhar as eleições e usam todos os artifícios para esse fim. Há mesmo determinados setores da Oposição que são favoráveis à sublegenda de acordo com seu interesse local ou estadual. Tanto o Governo como a Oposição estão legislando não para o futuro, mas apenas para ganhar as eleições, disse Vilmar Pallis.



Cruz, Pallis e Raimundo: preocupados com a reforma

Pedessista articula outra prorrogação

BRASILIA — A prorrogação dos mandatos de senadores e deputados por dois anos para que o atual Congresso vote uma nova Constituição será objeto de consulta nacional, a ser proposta pelo vice-líder do Governo, deputado Jorge Arbage (PD-PA). Ele negou, porém, haja recebido estímulo neste sentido de parte do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, com quem teria conversado a respeito.

"Não converso nem pretendo conversar com ele sobre a matéria", esclareceu.

Arbage assim confirmou sua decisão:

"O povo deve ser consultado, em janeiro de 1982, sobre se o atual Congresso deve votar e promulgar até 1984 uma nova Constituição. Se o povo disser 'sim', tudo bem, porque ele é soberano. É o dono da bola. Far-se-á eleição para governador, deputado estadual, prefeito e vereador, ficando o atual Congresso implicitamente prorrogado."

Planalto explica decurso de prazo

BRASILIA — O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Atala, explicou ontem que o Governo utilizou o recurso de decurso de prazo nas mensagens para a reforma eleitoral, enviadas quarta-feira ao Congresso, pelo interesse reiteradamente manifestado pela classe política em que o assunto fosse regulamentado com a maior rapidez em seu trâmite.

Atala disse que não saberia explicar porque a mensagem sobre a redução de domicílio eleitoral

total de dois para um ano não se refere aos territórios transformados em Estado, mas emitiu a sua opinião pessoal: "Eventualmente, isso poderá ser regulamentado dentro da lei complementar que cria o Estado, uma vez que ela dispõe sobre vários aspectos da Constituição e do início da vida institucional do novo Estado. Portanto, poderia disciplinar as regras, a prevalecer nas suas primeiras eleições", afirmou.